



ATA DA XXVII REUNIÃO TRIMESTRAL DO COMITÊ DE ECONOMIA DE IMPACTO

Aos 25 dias do mês de setembro de 2025, o Comitê de Economia de Impacto reuniu-se presencialmente em Brasília/DF e virtualmente por videoconferência, nos termos de seu Regimento Interno e do Decreto nº 11.646, de 16 de agosto de 2023.

1. Abertura

A Secretária de Economia Verde, Descarbonização e Bioindústria, Júlia Cortez da Cunha Cruz, abriu a reunião apresentando-se como nova presidente do Comitê e registrando a importância da pauta de economia de impacto para o MDIC e para o país. Em seguida, solicitou a confirmação de quórum e promoveu uma breve rodada de apresentações dos participantes conectados remotamente, contemplando representantes de estados, órgãos federais, entidades da sociedade civil e organizações dinamizadoras. A Secretária reforçou a intenção de seguir a pauta estruturada.

Em seguimento, passou-se aos desdobramentos da pauta proposta:

2. Informes:

a) Presidência e Secretaria-Executiva do Comitê

Foi reiterado que, na condição de nova Secretária de Economia Verde, Descarbonização e Bioindústria, Júlia Cortez da Cunha Cruz assumiu a presidência do Comitê, enquanto Sissi Alvez da Silva, Diretora do Departamento de Novas Economias, passou a exercer a função de Secretária-Executiva, nos termos do Decreto 11.646/2023.

b) Estratégia Nacional de Contratações Públicas Sustentáveis (ENCP)

Foi brevemente relatada a colaboração do Comitê com o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) na elaboração do decreto da ENCP, incluindo diretrizes de economia circular, economia de impacto e certificações verdes.

c) Inovativa de Impacto

Foi anunciada a incorporação do programa Inovativa de Impacto ao Departamento de Novas Economias, com previsão de editais específicos a partir de 2026.

d) Projeto de Lei nº 3284/2021

Lucas Ramalho Maciel relatou reunião com o Vice-Presidente da República, Geraldo Alckmin, destacando o apoio governamental à tramitação do PL 3284/2021, que institui o Sistema Nacional de Economia de Impacto e prevê destinação de recursos do Fundo de Direitos Difusos.

e) COP 30 – Credenciamento da Sociedade Civil

Foi informado que está aberto o credenciamento de organizações da sociedade civil para participação na COP 30, em Belém/PA, até o dia 30 de setembro.

3. Aprovação da Ata da 27ª reunião

O colegiado apreciou e aprovou a ata da XXVII Reunião Trimestral da Enimpecto.

4. Atualização dos Planos de Trabalhos dos GTs para 2025

a. GT5

Destacou-se o papel do GT5 na articulação interfederativa, com reconhecimento à equipe do MDIC e apoio pro bono da consultoria ABC. Foram descritos avanços na integração de eventos com o SEBRAE e Impact Hub e os desafios na coordenação com movimentos municipalistas e cooperativismo. Igualmente, foi apresentado um panorama de eventos regionais: Fórum Nordeste (em paralelo à Feira do Conhecimento, no Ceará), articulação para o Fórum Sudeste (com previsão para dezembro) e participação no Fórum Nordeste, apoiado pela SUDENE, em outubro, em Recife.

Foi exibido o quadro de estados com decreto/lei e articulações ativas, com destaque para Pará e Rio de Janeiro (decretos em fase de consolidação), e evolução jurídica no Pará, com assinatura prevista. Registrou-se a importância do “combo” de sucesso: vontade política, secretaria estadual com capacidade e ponto focal definidos, e sociedade civil organizada.

Apresentou-se, ainda, um guia prático e kits de valor personalizados por estado (exemplo de Pernambuco), além de minuta-padrão de decreto e projeto de lei elaboradas em parceria com o GT4, visando celeridade via decreto e robustez via PL quando viável.

Em função do crescimento projetado (10–14 estados), foi salientada a necessidade de financiamento (incluindo retomada de Prodoc com organismo internacional), equipe ampliada e consultorias para sustentar mobilização, pesquisa e governança. A presidência apoiou a busca de recursos e cooperação internacional.

b. GT4

Raquel Karam apresentou o acompanhamento da pauta legislativa e regulatória. Foi reforçada a relevância do PL 3284/2021 e seus desdobramentos, ressaltando a relevância da eventual participação no Fundo de Direitos Difusos e o parecer favorável emitido pela relatoria na CCJ do Senado. Igualmente foi mencionada a tramitação do PL 2440/2023, sobre fundos patrimoniais e que se encontra na CFT da Câmara), o PL 3190/2023, sobre microcrédito, e o PL de Economia Criativa, cujo lançamento da Política Brasil Criativo está prevista para 19 de novembro. Sobre Taxonomia Sustentável Brasileira, registrou-se aprovação final do texto, resultando em oito cadernos setoriais, dois temáticos e salvaguardas, havendo a intenção de convergência com CVM e Banco Central após publicação.

No escopo de Compras públicas de impacto e pilotos estaduais, sugeriu-se testar modelos em estados via conexão GT4 federal e GT4 estaduais, injetando aprendizado prático no desenho nacional.

Adriana Barbosa e Nicolay Bispo apresentaram proposta de decreto para Estratégia Nacional de Tração Econômica e Empreendedorismo Afroindígena, estruturada em quatro eixos (mercado e inclusão socioprodutiva; financiamento e crédito; redes e ecossistema; infraestrutura e inovação tecnológica). Nesse sentido, foi ressaltada a importância da articulação interministerial (MIR, MPI, MEMP, Fazenda, MGI, Cidades) para consecução dos próximos passos, havendo senso de urgência em relação à data de 20 de novembro do corrente ano.

Sobre a temática de bem viver intergeracional, Marina Gattás destacou dois movimentos paralelos: reinserção do Brasil no WEGo Partnership e instituição, via portaria, de comitê técnico (MDIC, MPA, IBGE, Ipea, Fazenda) para estudar e propor sistema de contas alternativo, com apoio do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social para priorização nos pilares nacionais.

c. GT3

A liderança (ANPROTEC/MCTI, com participação do ICE) relatou a entrada de CONIF, SETEC/MEC e ANEGEPE no GT, e convites à Aliança Empreendedora, SENAI/Nacional e Rede Mulher Empreendedora. O

foco foi a capacitação de FAPs e avaliadores do Centelha 3 com lente de impacto, convidando docentes da Rede Academia para compor bancas e acelerar a qualificação de avaliação.

Registrou-se participação no STR México, realização de conferência Rede Academia, no âmbito da PUC Campinas, com 200 professores e cinco projetos regionais, presença na ANPROTEC com integração academia-incubadoras e missão ao ENES (Holanda), ampliando a capilaridade e a prática regional. Igualmente descreveu-se a inclusão de critérios de impacto nos níveis de graduação CERNE (1–4) e a retomada do programa de qualificação de gestores de parques com módulo dedicado à economia de impacto, formatando gestão e indicadores orientados a impacto nos ambientes de inovação.

Por fim, foi apresentado o trabalho integrando InovaData e InovaLink (MCTI) com Cadimacto, buscando identificar a geografia do impacto, orientar políticas e evidenciar lacunas.

d. GT2

O SEBRAE e o MCTI conduziram o reporte dos programas prioritários da linha finalística junto a negócios em criação e desenvolvimento. Nesse sentido, o BNDES Garagem acelerou 100 negócios em 2025 com qualidade técnica referência para a área. O Centelha 3 iniciou lançamentos (Ceará e Goiás), com prazo de 45 dias para inscrições por edital, incorporando diretrizes de impacto, recortes de gênero e raça, e apoio na capacitação de bancas. A Jornada Amazônia, conduzida com a Fundação CERTI, apoiou 107 startups, tendo conclusão prevista para meados de 2026. Igualmente, o Inova Biomas, conduzido pelo SEBRAE, registrou 224 negócios inovadores de bioeconomia com recorte explícito de impacto.

Reportou-se 1.061 negócios cadastrados no Cadimacto entre março e setembro, distribuídos em níveis bronze, prata e ouro, com indicação do uso do cadastro como base oficial e indutora de políticas e editais. Foi ressaltada a relevância do instrumento para inteligência e indução pública.

Formalizou-se a entrada da Rede Brasil Afroempreendedor e da Quintessa no GT, ampliando diversidade e tecnicidade. Outrossim, o SEBRAE passou a integrar o GT5 para fortalecer a capilaridade interfederativa e o apoio territorial.

O MCTI detalhou a preparação do RAI (Inteligência Artificial com impacto) e da FINEP para mecanismos geradores de empreendimentos (incubadoras, aceleradoras e hubs), com esforço por linguagem acessível e diferenciação prática para modelos orientados a impacto.

Registrou-se, ainda, a presença do Sebrae com espaço e painéis na COP e a recomendação de valorização do Cadimacto como base comum nas ações e convites.

e. GT1

A Aliança pelo Impacto reportou missões com a ApexBrasil para prospecção de investidores internacionais, com sessão especial no GIN Impact Forum e ações em Berlim, incluindo side event dedicado à captação com investidores alemães. Foi descrita a construção de portfólio de negócios aptos à captação internacional, coletando dados via plataformas parceiras e Cadimacto para apresentar em eventos globais e rodadas.

Apontou-se a necessidade de atualização do estudo da ANDE, em busca de patrocínio para execução de campo, com divulgação prevista para 2026, dada a janela de tempo. Relatou-se, ainda, a realização de três mesas com investidores (Europa e Ásia), em parceria com PRI e GSG, e compromisso de lançamento do relatório no PRI in Person (novembro), com apresentação ao Comitê em dezembro.

Foi apresentada a consolidação de jornada prática de letramento que integra conteúdos existentes dos membros, com identificação de lacunas e planejamento de criação futura de materiais para diferentes públicos. Igualmente, registrou-se acompanhamento da consulta pública da CVM sobre a Resolução 88, com proposta de análise conjunta com o GT4 para consolidação de contribuições.

5. Portal Impacta Brasil – Portfólio de soluções climáticas (COP 30)

Giselle Sakamoto apresentou o Portal Impacta Brasil, voltado a soluções climáticas de negócios de impacto, com curadoria integrada de dinamizadoras e uso do Cadimacto e bases parceiras. A iniciativa tem objetivo de atingir investidores nacionais e internacionais e apoiar ações na COP e no pós-COP, complementando rodadas e painéis.

O portal será alimentado por formulário padronizado, oficinas de nivelamento e revisão curatorial contínua, permitindo vitrines temáticas e integração com ações da ApexBrasil, sendo uma Correalização do MDIC, Aliança pelo Impacto e Climate Ventures, com apoio de BNDES, ApexBrasil, Caixa, Quintessa, Impact Hub e Sebrae.

Nesse sentido, foram destacados a solicitação de indicação de negócios por intermediárias (cartas-convite), o mapeamento de espaços para apresentação na COP, e plano de comunicação para ampla visibilidade do portfólio.

6. Simpacto

A equipe do Simpacto apresentou o avanço sistêmico a partir dos quatro estados pioneiros (RN, AL, CE, ES), com integração entre os eixos estaduais e os eixos/GTs nacionais e uniformização de metodologias. Foi registrada a importância de compartilhar aprendizados e selecionar ações por eixo para replicação ou expansão no sistema.

a) Alagoas:

Dentre as principais atividades destacam-se: mapeamento de impacto e transição ao Cadimacto; entrevistas aprofundadas e portfólio de negócios; projeto Impacta Alagoas submetido ao MEMP via TransfereGov; oficina de modelagem com Sebrae; mentorIMET de impacto com a AMITS (experiência Shark Tank); programa para 200 mulheres em vulnerabilidade (técnicas de gastronomia, gestão e trilhas ampliadas); especialização em empreendedorismo de impacto (UNEAL); maratona de inovação (Marechal Deodoro) com mentores (ABC); circuito “SEDICS de Canto a Canto” (interiorização e letramento de gestores); reunião do CENISA (validação das ações 2025–2026).

b) Ceará:

Principais atividades: comitê instalado por decreto, com seis eixos estratégicos; letramento inicial (SomosUm); validação do “Ceará de Impacto” e inclusão no PPA com lente orçamentária; dois editais voltados a negócios de impacto; programa Cientista-Chefe orientado a tecnologias para impacto; manutenção de portal com cerca de 150 negócios e operação de integração ao Cadimacto.

c) Espírito Santo:

Atividades desenvolvidas: curso de fomento a negócios de impacto com foco em gestores municipais (quatro edições e quinta prevista); organização do Fórum Sudeste (previsto para 29/11) com articulação federal e convite aos estados; edital da Secretaria de Turismo para territórios quilombolas com critérios de impacto e participação do comitê na banca; construção de plataforma estadual como vitrine com portaria de enquadramento; edital de R\$ 7 milhões (28 negócios de biodiversidade/economia azul), com 16 aceleradoras apresentando metodologias e escolha pelos negócios.

d) Rio Grande do Norte:

Relataram-se as seguintes atividades: diferenciação de crédito para negócios de impacto com bancos e agência estadual; editais SEBRAE (Impacto RN, Regenera) com diversidade setorial; integração com a UFRN (bolsistas e letramento estudantil); iniciativas com Sindicato da Reciclagem (selo verde e articulação com

catadores); realização do Conexão ODS (evento nacional com cartilha CENIS); política de estandes para negócios de impacto em feiras apoiadas; “Outubro Empreendedor” (caravana em sete cidades com microcrédito e capacitação); articulação intermunicipal (lei municipal de Macaíba); anúncio de edital do IDEMA para projetos sociais em municípios impactados por grandes empreendimentos.

7. Impacta Mais 2026

O Impact Hub apresentou a retomada do fórum em formato ampliado, mirando integração entre negócios, capital e políticas, com maior presença de estados do Simpacto e trilha internacional para posicionar o Brasil. Há proposta de realização em maio de 2026 (dias 20–21, a confirmar), com construção curatorial junto aos GTs, estandes estaduais com portfólios e rede de parcerias (patrocínio, ativação, mídia) previstos. O Comitê recomendou transformar o evento em plataforma de mobilização dos estados, integrar Cadimpacto para evitar sobreposições e conceber uma trilha internacional em articulação com GSG/PRI e redes globais.

A presidência do Comitê encaminhará ofícios aos bancos e instituições do colegiado, reforçando a importância estratégica do evento para o Simpacto, o Cadimpacto e a agenda nacional. Outrossim, ressaltou-se a promoção da integração dos estados e trilha internacional.

8. Encerramento

Por fim, a Secretária Júlia Cortez da Cunha Cruz, agradeceu a presença de todos, salientou a vitalidade do sistema e a interoperabilidade de iniciativas públicas, privadas e da sociedade civil, e confirmou a próxima reunião trimestral para 11 de dezembro de 2025, após a COP 30, ocasião em que será apresentado o Relatório Anual de Atividades do Comitê de 2025.

Brasília/DF, 25 de setembro de 2025.